

O DIÁRIO DA ARMADA DA INDEPENDÊNCIA

Odilon Nogueira de Matos

Documento significativo para a história da chamada “Guerra da Independência”, é o diário de Frei Manoel Moreira da Paixão e Dorez, sacerdote que acompanhou, na qualidade de capelão, a expedição mandada organizar pelo nosso primeiro Imperador para impor a independência às províncias do Norte, ainda fortemente dominadas pelos portugueses. Essa “Guerra da Independência” assume caráter verdadeiramente curioso e original, pois travou-se aqui no Brasil mesmo e não apenas contra portugueses, mas contra brasileiros também.

É sabido que as províncias localizadas da Bahia até o Pará custaram muito a aceitar a independência. Viram elas no movimento de 1822 apenas uma espécie de golpe, a que o Príncipe-Regente D. Pedro teria sido pressionado por fluminenses, paulistas e mineiros, ou seja pelos representantes e pelo povo das províncias mais próximas à Corte e que eram, de fato, as que começavam a ter maior influência na economia do país. Não fora sem propósito que a própria sede do governo se transferira da Bahia para o Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. Esse processo de aliciamento de D. Pedro por fluminenses, paulistas e mineiros vinha de mais de ano e culminou no chamado **Dia do Fico**, a 9 de janeiro de 1822. D. Pedro, não muito cuidadoso na sua maneira de falar, quando se referia ao seu gesto acedendo ao pedido para ficar no Brasil, dizia a **minha ficada**. Pois bem, da **ficada** ao Ipiranga foi um plano inclinado, resultando na emancipação tal como se fez, nove meses depois, tempo suficiente para uma feliz gestação...

Diante, todavia, da reação desfavorável das províncias do Norte, decidiu-se o jovem Imperador a contratar ilustre e valoroso almirante inglês para organizar esquadra e com ela obrigar baianos, pernambucanos, maranhenses e paraenses a aceitarem a própria independência. Fato realmente original e até mesmo único na história da emancipação de qualquer país.

Foi capelão dessa **Armada da Independência**, escrevendo-lhe o diário, Frei Manoel Moreira da Paixão e Dorez, de quem, aliás, pouco se sabe além do que ele próprio diz na página inicial de seu relato, isto é, que começou a servir na capelania de guerra em 1806, acompanhou o Almirante Rodrigo Lobo na expedição que combateu os revolucionários pernambucanos.

bucanos de 1817 e pouco depois da Independência foi nomeado para a Armada Imperial com funções a bordo da nau **D. Pedro Primeiro**, capitânea da expedição ao Norte, cujas peripécias acompanhou de perto, narrando-a dia a dia com abundância de pormenores interessantes.

Nada se sabe de sua vida anterior, sendo provavelmente português, ignorando-se até a que ordem religiosa pertencia, sugerindo Rodolpho Garcia, que pela primeira vez lhe editou o **Diário**, fosse agostiniano. Isto, pelo tratamento que, em certo momento, dispensou a um sacerdote dessa Ordem que fora feito prisioneiro e a quem reconhecera. Mas simples conjectura do grande historiador.

A **Armada da Independência** era constituída quase que inteiramente por antigos navios portugueses, incorporados pelo Brasil logo após o 7 de setembro. Apenas seus nomes foram alterados: a capitânea **Pedro Primeiro** era a antiga nau **Martin Afonso de Freitas**; a fragata **Niterói** era a antiga **Sucesso**; a **União** foi rebatizada de **Piranga** e a **Carolina** passou a chamar-se **Paraguçu**; havia, ainda, as corvetas **Maria da Glória** e **Liberal** e a escuna **Leopoldina**, que conservaram seus nomes. Dois outros brigues de procedência particular foram incorporados: o **Diligente**, de propriedade de David Jewett e o **Guarani**, outrora **Nightingale**, de nacionalidade inglesa.

O próprio Imperador fazia questão de acompanhar de perto os preparativos da expedição. É o que testifica, por exemplo, a inglesa Maria Graham: “a atividade do Imperador era antes a de um jovem oficial recentemente nomeado, do que um soberano que iria nomear os outros chefes. Chegava a bordo dos navios todas as manhãs às seis horas, apressava os armadores, intervinha nos navios de provisão, exigia o impossível dos tanques de água, balançava-se pelas cordas de convés em convés até as mais baixas partes do porão, recusando todo auxílio de escadas ou outras comodidades e, na sua alegria, trazia a Imperatriz para bordo, a fim de participar do novo prazer, que ela apreciava cordialmente”.¹

E o **Diário do Governo**, em editorial, recordava a 17 de março (de 1823) “quanto o Nosso Augusto Imperador e Defensor se esmera em elevar a nossa marinha ao ponto que exige a guerra que nos declararam os nossos passados irmãos”. E terminava o jornal participando a chegada ao Rio de Janeiro de Lord Cochrane: “Se tão bravo e experimentado Guerreiro vem, como supomos, oferecer a sua espada ao Grande e Imortal Pedro I, será este o momento de fazer uma aquisição importantíssima para a nossa Independência e para a Mocidade Brasileira, que industriada e modelada pelo bravo libertador do Chile, se porá cedo em estado de abater de uma vez o orgulho dos Lusitanos”.

(1) **Esboço biográfico de D. Pedro I**, em “Anais da Biblioteca Nacional”, vol. 60, pág. 87. Rio de Janeiro, 1940.

A oficialidade da esquadra era em grande parte composta de profissionais estrangeiros, experimentados no ofício; a marinagem continha também estrangeiros, mas nela predominavam os elementos portugueses e nacional, tanto libertos como escravos. Surgem das páginas do diário de Paixão e Dores os nomes de Cochrane, Jewett, Greenfel, Taylor, entre outros, que tão assinalados serviços prestaram ao Brasil recém independente. Outros, menos conhecidos ali são também arrolados: Clewley, Shepherd, Boss, Parker, Hoolete (irlandês), João Bloem (alemão), Broutonelle e Sabra (franceses).

Pouco antes de partir, executara a esquadra uma missão importante: a de conduzir à Bahia as tropas de terra que deviam operar contra as divisões do General Madeira. De regresso ao Rio em 12 de março, já a 1.ª de abril de 1823 estava prestes a zarpar para a excursão ao Norte. É a esta viagem que se refere o relato de Paixão e Dores, feito “para entreter as horas vagas e para ter um testemunho com que fizesse ver aos meus amigos os gloriosos feitos das Armas Brasileiras”, segundo escreveu no “ofertório ao Imperador” datado de 10 de dezembro, ou seja um mês apenas após o regresso ao Rio de Janeiro.

O diário, à moda dos escritos congêneres da época das grandes navegações, é minucioso, com registro não apenas das coordenadas, mas dos mínimos incidentes de bordo. Até quando não acontece nada: “Não houve novidade alguma”, “não se ofereceu hoje novidade em nossa derrota”, “novidade nenhuma” são exemplos de anotações que aparecem com muita frequência. Mas também quando ocorre alguma coisa digna de registro, o escrivão não poupa palavras: a 10 de abril “caíram três marinheiros ingleses da gávea da gata sobre a tolda; e somente um deles, por não saber cair tão bem como os seus dois camaradas, depois de ter o incômodo de os carregar às costas em uma tão curta viagem, achou-se finalmente com uma perna quebrada por prêmio de seus trabalhos na velocidade de sua carreira”; a 12 de abril, a capitânea dá sinais à esquadra para se reunirem alguns navios que andavam mais dispersos”, e a 20 do mesmo mês “castigaram-se dois marinheiros ingleses por terem furtado vinte e tantos mil réis a um marinheiro português” e por ser esse o primeiro crime de semelhante natureza, “depois de lhes ser lido pelo Comandante o artigo do Regimento Inglês que os pune com pena de morte, lhes foi comutada em cinquenta açoites nas costas nuas, com disciplinas de linha de barquinha com miudas farpas de arame retorcido nas pontas, a cujos golpes ficavam impressos riscos e sanguíneos vergões, que deixando ver o muito que padeciam os criminosos, faziam ao mesmo tempo a todos os circunstantes o maior horror e espanto”. Ou então registros de exercício de artilharia (como o do dia 18 de abril), “com toda a atividade e escrúpulo, como quem se prepara para ataques de uma peleja que brevemente deverá ter o seu princípio”, pois o Almirante (Cochrane) “pretende decidir pela brandura e convenções

ou finalmente pela força, uma guerra na Bahia, que necessariamente e por muito tempo deverá ser prejudicialíssima, tanto para os irmãos europeus, como para brasileiros”. E enaltece nesse mesmo dia as virtudes do chefe inglês: “Eis aqui o verdadeiro caráter de um homem de bem, e de um bem experimentado cabo de guerra. Estes nobres sentimentos de alma, que o Lord me faz a honra de comunicar, no momento em que acabava de me convidar para jantar com ele, são para mim tanto mais digno de louvor, quanto para outra pessoa impróprios do mais pequeno vitupério”.

E sem maiores novidades continua a viagem até 4 de maio, quando ocorreu o primeiro combate em águas da Bahia, “obrigando o inimigo a deixar sua empresa e a seguir caminho de seu porto, concluindo-se toda esta ação em menos de três quartos de hora”; “corremos até às quatro da tarde sobre o inimigo, com pouco vento, que tendo favorecido mais a ele que a nós, o perdemos de vista”; a 7 de maio, dá caça a duas escunas que, junto à costa, navegavam para o Sul, “desviando-se de nós, com bandeira americana; falou a **Niterói** a uma e o **Guarani** a outra, e sabendo que se empregavam em conduzir víveres para o Exército do Recôncavo, se deixaram ir em paz”.

Da permanência na antiga Capital, há observações interessantes, como esta do Morro de São Paulo: “Seus moradores se ocupam na pescaria, mas são tão preguiçosos que raras vezes vão trabalhar. As mulheres são em menor número que os homens; o seu traje é ordinariamente simples e de algodão grosso; são despidas de todo agrado e muito bisonhas, fugindo e escondendo-se em suas casas ao avistarem qualquer pessoa desconhecida. Tudo isso nos admirou sobremaneira e muito mais ainda quando lhes perguntamos se queriam lavar as nossas roupas, que lhes pagaríamos mui bem; mas nem por isso se deliberaram a dar uma só palavra! A tanto chega o desmazelo!” Ou sobre as fortificações: “As guarnições das fortalezas (que não passam de três pequenos redutos) são sessenta homens, entre brancos, pretos e pardos, cujas praças trazem por farda uma mui grossa e rota camisa de algodão, com calças e ceroulas do mesmo pano, chapéus de palha, e não usam sapatos por não haver na terra quem os faça. Pelo mesmo Comandante das Fortalezas soubemos que os paíóis das ditas fortalezas se achavam desprovidos de todos os petrechos de guerra, pedindo ao Almirante as fornecesse de alguns, ao que anuiu o Almirante, dando-lhe as munições que pôde dispensar da Nau”.

Seguindo um pouco para o Norte, um pouco para o Sul, dando caça a galeões e sumacas, lutando contra os problemas de aprovisionamento ou a procura de boas águas, e ainda dezenas e dezenas de pequenas ocorrências, correram os dias de maio e junho. Curiosa a visita que a Cochrane fez o “Conde de Vopiér” para lhe contar da prisão de Labatut pelos próprios oficiais brasileiros por não ter atacado Madeira com o ímpeto necessário, acusando-o outros de “querer vender o Exército Brasileiro”.

Este Conde de Vopiér, cujo nome estropiado pelo mau entendimento do sacerdote, aparece citado três vezes no diário, não é outro, esclarece Rodolpho Garcia, senão o Conde de Beaurepaire (Jacques de Beaurepaire), comandante militar da Comarca de Porto Seguro e Ilhéus. Nascido em Toulon, França, a 17 de novembro de 1771, faleceu no Rio de Janeiro em 26 de julho de 1830, depois de ter prestado assinalados serviços ao Exército Brasileiro, especialmente na Independência da Bahia. Mais curioso, no caso, é que a corveta **Maria da Glória** era comandada por um Beaurepaire (Teodoro), parente do comandante militar da Bahia, não lhe podendo, pois, o nome soar de maneira tão estranha.

Um princípio de incêndio a bordo parece ter sido o que de mais importante ocorreu no final de junho, até que no início de julho (2) a esquadra portuguesa decidiu-se a abandonar a Bahia, perseguida sempre pela capitânea de Cochrane e outros barcos. Isto provoca de Paixão e Dores a seguinte **Reflexão**, aliás bem expressiva: “Não posso eximir-me de fazer alguma reflexão sobre os sucessos dos dias 2 de julho e 4 de maio, combinando-os um com o outro. Vejo a Esquadra inimiga composta de 14 navios de guerra, que encontrando-se com a nossa pequena Esquadra, se deixa cortar na linha que formava, em vez de atacar a nossa Esquadra, apenas se defendem as embarcações por nós atacadas, e reunindo-se todas nos fogem, sendo por nós corridas ! Nesse primeiro encontro se conhecem os dois Comandantes um ao outro; vê-se João Félix fugir do Lord e este atacando com desprezo da superioridade das forças contrárias ! A 2 de julho vejo o Lord com uma só Nau acompanhar a Esquadra inimiga e aprisionar em sua presença embarcações de seu comboio. Vejo a Esquadra inimiga reunir-se e dar caça à nossa Nau, e esta sem receio dirigir-se para terra, sem ser perseguida, como devia, pelo inimigo (se é que como inimigo a caçava), e finalmente fazer-se no bordo do mar, deixando-nos em plena liberdade para continuarmos a fazer-lhe o mal que pudéssemos ! Enfim, tudo parece aqui misterioso; mas nem por isso se pode negar a vantagem que têm tido as armas brasileiras; e quanto a esses dois dias, são famosos, assim como 2 de julho, em que o inimigo deixou seu acampamento pelo apuro em que o rigor do sítio de mar e terra o tinha posto, obrigando-o a retirar-se ou perecer, pela falta de todos os objetos de primeira necessidade”.

Estava, pois, livre a Bahia das tropas portuguesas e consolidada, ali, a Independência. Tornou-se, assim, o 2 de julho de 1823 a grande data dos baianos, que para eles, obviamente, tem muito mais significado que o 7 de setembro. A perseguição à Esquadra lusa durou até o dia 17 de julho, quando “à vista de todos esses acontecimentos, julgou o Lord ser de seu dever largar de uma vez o inimigo, a quem tinha obrigado a sair da Bahia, tendo-o perseguido até o presente com muita vantagem”. Da altura de Fernando de Noronha, onde se encontravam, somente a fragata **Niterói**

(comando de Taylor) continuou no encaço da esquadra portuguesa até quase que em águas territoriais de Portugal.

A 19 de julho, Cochrane e sua esquadra (menos a **Niterói**) tomaram a direção da costa norte à procura do Maranhão e do Pará. O litoral cearense foi avistado a 23. À aproximação das terras maranhenses, encheu de júbilo nosso sacerdote-escrivão: “Será para todos nós por muitos motivos uma grande felicidade” — dizia ele a Cochrane — “e eu desde já não perco as esperanças de ver uma terra aonde nunca fui, tendo agora favorável ocasião, no caso de serem seus habitantes nossos amigos”. Ao que o Lord inglês respondeu afirmando que em breve saberiam “si son nuestros amigos y del Imperador; en muy pocos dias conoceremos sus animos y su character”. Por esta ligeira conversa, concluiu o autor do diário que Cochrane “pretendia entender-se mui de perto e mui seriamente com o Governo daquela Província e fazer-lhe algum gênero de hostilidade, quando não esteja a favor da causa do Brasil”.

A 26 de julho recebeu Cochrane officio e pouco depois a visita do Comandante da Praça do Maranhão, Francisco de Borja Salema Garção. O inglês deu-lhe resposta declarando “que seus fins eram fazer ali aclamar ao Imperador e Independência, e que, quando o Governo deixasse de aderir a estas condições, veria romper toda espécie de hostilidade por mar e por terra, até que finalmente se conseguisse o desejado fim de unir aquela amena Província ao grande Todo do vasto Império do Brasil”.

Dois dias depois, estava a Independência reconhecida pelo Maranhão, ocorrência que Paixão e Dores narra da seguinte maneira: “Logo que a officialidade chegou à terra se dirigiu ao Palácio, onde, achando-se o Senado da Câmara e mais corporações eclesiásticas, civis e militares, leu o Secretário do Governo os officios que tinham recebido do Almirante, assim como os que lhe dirigiram, e depois de dar conta do que o Governo tinha tratado com o Lord sobre o importante negócio da Independência se romperam inúmeros vivas na Sala do Governo à Religião Católica, ao Imperador, à Independência e Constituição Brasileira, os quais vivas foram repetidos na varanda do Palácio pelo Presidente da Câmara, a que respondeu o povo na rua com o maior entusiasmo. Depois deste aparatoso e lisonjeiro ato (de que tive a dita de ser testemunha), se aprazou o dia 19 de agosto para se prestar juramento do estilo; terminando-se o festejo de hoje com um magnífico jantar que no mesmo Palácio se deu aos officiais da Nau e mais corporações, onde houve várias saúdes a SS. MM. II. e à Independência do Brasil”.

No dia seguinte nada teve a registrar além das “muitas visitas que S. Excia. tem recebido a bordo, de pessoas de todas as classes que de terra têm vindo cumprimentá-lo”. Mas a coisa não foi tão tranquila: chegou a nova de que a galera **Pombinha** saíra de Lisboa a 12 de junho com a

notícia de que D. João VI havia feito “evaporar a Constituição e Cortes, achando-se ao mesmo tempo árbitro dos destinos da nação portuguesa”. Um emissário deveria ir à Bahia e depois ao Rio de Janeiro dar esta notícia a D. Pedro I e com ele tratar da “reconciliação dos dois hemisférios”. A idéia parece ter sorrido ao sacerdote: “Permitam os céus que isto se realize cedo, para se pôr termo à assoladora guerra que mutuamente destrói duas nações de irmãos, que a não ser a sórdida ambição de alguns, ainda hoje formariam todas um Império respeitável”. Todavia, o emissário nem chegou a ser recebido por D. Pedro I, segundo informa Rodolpho Garcia em nota ao texto do sacerdote, “não só pela falta absoluta de poderes de que devia vir munido, mas ainda por não haver precedido a indispensável formalidade do reconhecimento da independência política do Império”. E o emissário só desembarcou por alegar estado de enfermidade, aliás comprovada, o que fez com que fosse recolhido à casa de um seu cunhado, onde ficou sob guarda, impedido de qualquer comunicação que não fosse com pessoa da família.

Houve mais ainda em terras maranhenses: uma conspiração, na capital, “para opor-se ao ato de prestar-se o desejado juramento de obediência ao Imperador e aderência à Independência”. Agravou-se o incidente, exigindo Cochrane providências mais enérgicas que o autor do diário relata pormenorizadamente no dia 31 de julho, rematando sua crônica com os seguintes termos: “Recebi imediatamente o officio e mais papéis, dei parte ao Comandante que o acompanhava, e tomando um florete que ocultei debaixo do hábito, parti com o comandante para o dito Forte da Areia, aonde logo que chegamos se passou revista à gente e se organizaram três brigadas, e dali passamos escaleres à rampa da cidade, aonde eu e o Comandante fomos os primeiros que saltamos; o desembarque da nossa gente foi tão rápido, como a sua formação nas respectivas brigadas, a cuja frente, pondo-se o Comandante e dando-me a sua direita, as fez marchar em passo grave ao som dos nossos tambores e pífanos, até o Largo do Palácio, onde as fez postar na frente da guarda principal enquanto se davam as novas providências: contávamos a esse tempo cinco horas da tarde. Imediatamente eu mesmo afixei uma proclamação na porta do Palácio e dei as outras ao oficial da guarda para as mandar pôr nos lugares do costume; e dali parti com os officios ao Secretário do Governo; mas como o não encontrássemos, voltamos ao Sr. Bispo Presidente, o qual partiu logo para a Casa do Governo, aonde, depois de alguma demora, vendo que nenhum dos membros aparecia, ele mesmo abriu os officios, e vendo que vinham também para o General das Armas, eu mesmo os fui levar, juntamente com o Sr. Bispo, para fazer com que aquela autoridade mandasse logo executar as ordens do Sr. Almirante, a fim de coadjuvar em tudo a desmembração dos perturbadores da ordem.

Às 6 horas da tarde voltei ao Palácio para dar parte ao meu Comandante de ter concluído a minha comissão; e logo nos dirigimos ao oficial da guarda para encarregar de ir imediatamente receber as ordens do General das Armas, pedindo-lhe o dispensasse da guarda para pôr em execução uma ordem de que o Comandante em particular o havia incumbido da parte do Almirante, e é a seguinte: que até a meia noite devia ele ter avisado todo o Corpo de Milícias, composto de europeus, para que estes debaixo de seus uniformes, e sem pretexto algum, se apresentassem às duas horas da noite no largo do Palácio, à frente da força armada que ali se achava (em que já falei, e a este tempo já reforçada com o Parque da Artilharia com oito peças) para ali ser desarmado aquele regimento, em castigo da oposição que se dizia pretendia fazer às ordens do Almirante e do Governo, que de comum acordo tinham determinado o juramento dito. Às 3 hs. achava-se o regimento desarmado, sem que fizesse a menor resistência; e por consequência todos os amantes da Independência mui satisfeitos com as sábias providências que se deram, continuando-se a gozar sossego, como se não tivessem havido as novidades descritas”.

Afinal, tudo se tranquilizou e a 2 de agosto podia registrar em seu diário: “Hoje me recolhi a bordo com mais gente que estes dias estive em terra debaixo de armas. A cidade acha-se tranquila.” Uma avaria em sua nau fez com que, devido aos baixios, se procurasse ancoradouro, na Ilha do Medo, distante da cidade 5 léguas; fundearam em local despovoado que só oferecia pastagem a gado, sem nada ter que se notasse.

Praticamente aqui termina (5 de agosto) o diário de Paixão e Dores, pois por motivo de moléstia deixou de redigi-lo com o cuidado e a minúcia com que o vinha fazendo. Registra, contudo, algumas informações gerais sobre a consolidação da Independência no Maranhão e às vezes de maneira um tanto amarga, a traír sua nacionalidade, como neste passo: “Todos os europeus que ocupavam empregos públicos foram esbulhados deles, sem mais formalidade que dizer-se: é europeu, morra de fome e sua família ainda mesmo sendo aderente ao sistema da Independência! Esta lei é argelina, se é que lá pode haver tanta crueldade, não digo para os europeus, mas para com suas inocentes e brasileiras famílias!”.

Arrola as embarcações portuguesas aprisionadas desde que a Armada chegou ao Maranhão, em número de 17, tendo sido uma delas o brique **D. Miguel**, mandado ao Pará com officios relativos à Independência do Brasil e à aclamação da D. Pedro I. Informava, ainda, que com estas 17 embarcações alcançava a 76 o número de barcos aprisionados desde o início da viagem. As demais assim se contavam: 18 canhoneiras tomadas também no Maranhão, 20 tomadas ao comboio de João Félix e 21 na Bahia. Informava, finalmente, que tivera notícia de que o brigue **D. Miguel**, despachado para o Pará, concluíra todos os negócios de que fora encarregado para ali se aderir à Independência e aclamar-se o Imperador. E no

último dia de sua permanência na ilha do golfo maranhense fez questão de frizar que Cochrane, “todo o tempo em que esteve em terra não descansou em fazer os mais relevantes serviços a favor da causa do Brasil, cujo zelo é ilimitado”.

Na longa viagem de volta, de 21 de setembro a 8 de novembro, quase cinquenta dias, não fez outra coisa senão anotar as coordenadas dia a dia. A 9 chegaram ao Rio de Janeiro, em cuja barra fundearam às 18 horas. Imediatamente receberam a visita do Imperador e da Imperatriz. D. Pedro subiu a bordo para agradecer a Cochrane os grandes serviços que lhe tinha prestado; e como a Imperatriz Dona Leopoldina não pudesse subir, desceu Cochrane a cumprimentá-la, beijando-lhe a mão. Nesta altura, o Imperador indagou do nosso sacerdote-escrivão quanta presa se tinha feito, ao que respondeu de pronto que, segundo o seu diário, subiam a 76. D. Pedro pediu-lhe para ver o diário, “e como este não se achasse em estado de poder dar, pela imperfeição em que se achava, me ordenou S. M. I. o pusesse a limpo, que o queria”, ao que, obedecendo como humilde súdito, tratou logo de o fazer, esperando que D. Pedro o desculpassem pelas faltas que encontrassem. Reporte-se, aqui, ao “Ofertório” em que Paixão e Dores, “cheio do mais profundo respeito e submissão”, depunha nas mãos de Sua Majestade Imperial o diário que redigira acerca da viagem da “famosa Esquadra Brasileira”, não para o “alto destino que teve” (isto é, oferecê-lo ao Imperador) mas sim “para entreter as horas vagas e para ter um testemunho com que fizesse ver aos meus amigos os gloriosos feitos das Armas Brasileiras”.

Com este precioso e interessante **Diário**, o quase desconhecido capelão acabou vinculando seu nome à nossa bibliografia histórica, num documento de natureza pouco comum, de que, efetivamente, poucos existem.

O original desse **Diário**, “absolutamente inédito e desconhecido”, no dizer de Rodolpho Garcia, pertenceu à biblioteca particular do eminente diplomata Embaixador Afrânio de Mello Franco, e foi cedido em cópia pelo seu filho, o ilustre historiador e ensaísta Afonso Arinos de Mello Franco a Rodolpho Garcia, então diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que o fez publicar no volume 60, correspondente a 1938 (mas efetivamente editado em 1940) dos **Anais da Biblioteca Nacional**, págs. 177 a 258. Rodolpho Garcia fez preceder a publicação de erudita introdução, de sua lavra, tendo ainda o trabalho de anotar o texto em diferentes passos e confiar a parte náutica à revisão do Comandante Eugênio de Castro, a quem a bibliografia brasileira já deve idêntica tarefa com relação ao diário de Pero Lopes de Sousa.

No ano seguinte ao de seu aparecimento nos **Anais da Biblioteca Nacional**, foi o **Diário de Paixão e Dores** reproduzido na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**, vol. 67, de 1941, págs. 1 a 85, publicação esta “facilitada pela dedicação do Ministro Bernardino José de

Sousa”. Esta edição baiana reproduz integralmente a da Biblioteca Nacional, inclusive com o prefácio e as notas de Rodolpho Garcia. E foi ainda na Bahia que se fez a primeira publicação, em livro, do interessante Diário, em 1957 pela Livraria Progresso Editora (numa edição conjunta com a Câmara Municipal do Salvador), volume 14 da Série “Cruzeiro”, da “Coleção de Estudos Brasileiros”, da conhecida editora baiana. Esta edição também reproduz integralmente o texto, mas, inexplicavelmente suprimiu o parágrafo inicial do prefácio de Rodolpho Garcia no qual se informa que o original do diário pertenceu a Afrânio de Mello Franco e fora cedido por Afonso Arinos de Mello Franco, para a primeira publicação nos **Anais da Biblioteca Nacional**. Por que esta supressão? Não só não sabemos, como nos parece inexplicável e ainda fora de propósito, pois omite, para os leitores, a importante contribuição de Afonso Arinos para a divulgação do valioso texto. Bibliograficamente, isto tem muito valor, mas para ele não atentaram os editores baianos.